

Cidadania e Direitos Sociais

1. A sociedade brasileira obteve várias conquistas durante o período da redemocratização e, ao longo desses anos, implantou mudanças positivas em relação à cidadania e aos direitos civis dos brasileiros, porém [...] ainda há muito a ser melhorado. Apesar do crescimento econômico e da diminuição do número de pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza nos últimos anos, as desigualdades sociais ainda são profundas e estão entre os principais problemas enfrentados pela sociedade.

(PELLEGRINI, M. C. *Novo olhar história*. São Paulo: FTD, 2010, p. 263, v. 3. – Texto adaptado.)

Considere as seguintes afirmações sobre a sociedade brasileira.

- I. Segundo pesquisas, pequena parte da população brasileira detém a maior parte da riqueza nacional, enquanto os demais ficam com a menor parcela.
- II. A exploração da mão de obra infantil ocorre da mesma forma em todas as regiões brasileiras. O menor trabalha em pedreiras, na colheita de amendoim e em carvoarias, sendo seu trabalho trocado apenas por arroz e farinha.
- III. As crianças em situação de rua perambulam pelas cidades, dormem sob pontes, viadutos ou marquises, alimentam-se mal e não frequentam escolas. Vivem uma realidade que ressalta a brutalidade, a violência, o desamparo, além do problema com a drogadição.

Das afirmações acima,

- a) apenas I está correta.
- b) apenas II está correta.
- c) apenas I e III estão corretas.
- d) apenas II e III estão corretas.
- e) I, II e III estão corretas.

2. O principal, e pior, impacto da escravidão seria o de negar ao trabalhador sua humanidade. Reduziria o homem à sua “mais simples expressão, pouco senão nada mais que o irracional”, já que para o empreendimento colonial interessaria dele “o ato físico apenas, com exclusão de qualquer outro elemento ou concurso moral. A ‘animalidade’ do Homem, não a sua ‘humanidade’”. É difícil imaginar algo mais brutal. [...]

Caio Prado nota também que, em razão da escravidão, “existiu sempre um forte preconceito discriminador de raças” no Brasil. Considera, portanto, que esse preconceito não tem motivos biológicos, mas históricos e sociais.

RICUPERO, B. *Sete lições sobre as interpretações do Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Alameda, 2008, p. 144-145.

O texto acima, de Bernardo Ricupero, apresenta uma explicação da forma como Caio Prado Jr. compreende os efeitos da escravidão para a constituição da sociedade brasileira. Tendo em conta essa abordagem, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) A noção de que a escravidão destitui o homem da sua humanidade está relacionada ao conceito marxista de alienação. Na medida em que o homem deixa de possuir direito sobre aquilo que produz e se constitui somente em mercadoria, ele se aliena do fruto de seu trabalho e se “coisifica”. A escravidão leva ao limite essa transformação do homem em coisa.

- b) A escravidão causou efeitos perniciosos para a constituição da própria sociedade brasileira. Isso porque possibilitou, entre outras coisas, a existência do racismo, que se mantém até hoje.
- c) A discriminação racial não existe mais no Brasil. Uma vez que o Brasil já está em um regime democrático e a escravidão foi abolida há mais de cem anos, as bases sociais que sustentavam essa discriminação já não existem mais.
- d) Não se pode compreender a constituição do Brasil sem ter em consideração o período colonial e a importância do escravo negro para a cultura brasileira. Apesar de ter sofrido brutalmente durante esse período, o negro vindo da África trouxe consigo diversos elementos culturais que, posteriormente, foram incorporados à “cultura brasileira”.
- e) A escravidão ainda existe no Brasil. Ainda que não seja institucionalizada, ainda existem pessoas trabalhando de maneira forçada e em condições desumanas no país. Não por acaso, diversas associações e empresas são signatárias de um Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo no Brasil.

3. Leia.

Prisão imediata de réus é inconstitucional, diz decano do STF

BRASÍLIA – O ministro decano do Supremo Tribunal Federal (STF) Celso de Mello disse nesta quinta-feira (18) que é inconstitucional a prisão imediata dos réus condenados na Ação Penal 470, o processo do mensalão. Ao falar com jornalistas no final da sessão, ele disse que existem outros processos julgados na Corte com esse entendimento, e não faz sentido mudar apenas para este caso. Foi a primeira vez que um ministro do STF se posicionou sobre a questão na Ação Penal 470.

Fonte: DCI. 18/10/2012. Adaptado. Disponível em: <<http://bit.ly/WwjRrC>>. Acesso em 05 nov. 2012.

A notícia acima apresenta uma discussão que procura definir se determinada decisão de prisão está de acordo com a Constituição do país. A Constituição corresponde:

- a) A um conjunto de regras de governo que rege o ordenamento jurídico de um País.
- b) A um conjunto de leis definidas pelo Presidente da República.
- c) A uma linha territorial de um Estado.
- d) Ao modelo político de um país.
- e) Ao conjunto de medidas administrativas criadas para o bom ordenamento da burocracia estatal.

4.



TEXTO I

A ação democrática consiste em todos tomarem parte do processo decisório sobre aquilo que terá consequência na vida de toda coletividade.

GALLO, S. et al. Ética e Cidadania. Caminhos da Filosofia. Campinas: Papyrus, 1997 (adaptado).

TEXTO II

É necessário que haja liberdade de expressão, fiscalização sobre órgãos governamentais e acesso por parte da população às informações trazidas a público pela imprensa.

Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br>. Acesso em: 24 abr. 2010.

Partindo da perspectiva de democracia apresentada no Texto I, os meios de comunicação, de acordo com o Texto II, assumem um papel relevante na sociedade por:

- a) orientarem os cidadãos na compra dos bens necessários à sua sobrevivência e bem-estar.
- b) fornecerem informações que fomentam o debate político na esfera pública.
- c) apresentarem aos cidadãos a versão oficial dos fatos.
- d) propiciarem o entretenimento, aspecto relevante para conscientização política.
- e) promoverem a unidade cultural, por meio das transmissões esportivas.

5.



A Convenção da ONU sobre Direitos das Pessoas com Deficiências, realizada, em 2006, em Nova York, teve como objetivo melhorar a vida da população de 650 milhões de pessoas com deficiência em todo o mundo. Dessa convenção foi elaborado e acordado, entre os países das Nações Unidas, um tratado internacional para garantir mais direitos a esse público. Entidades ligadas aos direitos das pessoas com deficiência acreditam que, para o Brasil, a ratificação do tratado pode significar avanços na implementação de leis no país.

Disponível em: <http://www.bbc.co.uk>. Acesso em: 18 mai. 2010 (adaptado).

No Brasil, as políticas públicas de inclusão social apontam para o discurso, tanto da parte do governo quanto da iniciativa privada, sobre a efetivação da cidadania. Nesse sentido, a temática da inclusão social de pessoas com deficiência:

- a) vem sendo combatida por diversos grupos sociais, em virtude dos elevados custos para a adaptação e manutenção de prédios e equipamentos públicos.
- b) está assumindo o status de política pública bem como representa um diferencial positivo de marketing institucional.
- c) reflete prática que viabiliza políticas compensatórias voltadas somente para as pessoas desse grupo que estão socialmente organizadas.
- d) associa-se a uma estratégia de mercado que objetiva atrair consumidores com algum tipo de deficiência, embora esteja descolada das metas da globalização.
- e) representa preocupação isolada, visto que o Estado ainda as discrimina e não lhes possibilita meios de integração à sociedade sob a ótica econômica.

6.



Na década de 1990, os movimentos sociais camponeses e as ONGs tiveram destaque, ao lado de outros sujeitos coletivos. Na sociedade brasileira, a ação dos movimentos sociais vem construindo lentamente um conjunto de práticas democráticas no interior das escolas, das comunidades, dos grupos organizados e na interface da sociedade civil com o Estado. O diálogo, o confronto e o conflito têm sido os motores no processo de construção democrática.

SOUZA, M. A. *Movimentos sociais no Brasil contemporâneo: participação e possibilidades das práticas democráticas*. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt>. Acesso em: 30 abr. 2010 (adaptado).

Segundo o texto, os movimentos sociais contribuem para o processo de construção democrática, porque:

- a) determinam o papel do Estado nas transformações socioeconômicas.
- b) aumentam o clima de tensão social na sociedade civil.
- c) pressionam o Estado para o atendimento das demandas da sociedade.
- d) privilegiam determinadas parcelas da sociedade em detrimento das demais.
- e) propiciam a adoção de valores éticos pelos órgãos do Estado.

7.



(www.nathaliakarl.wordpress.com/.../policia-e-ladrao/)

A charge remete a uma determinada percepção existente hoje entre estratos da população brasileira a respeito da questão da segurança pública. Com base na charge, é correto afirmar:

- a) As crianças são as principais responsáveis pela visão negativa que, socialmente, se construiu dos órgãos de segurança pública.
- b) A vantagem da polícia em relação ao ladrão é que a primeira usa arma de fogo enquanto o segundo está restrito às armas brancas.
- c) Situações de exceção tendem a produzir, em parte da população, descrédito em relação às instituições de proteção da cidadania.
- d) A melhor maneira de se proteger é não sair à rua, pois pode haver conflitos entre policiais e ladrões, fazendo vítimas inocentes.
- e) As diferenças entre policiais e ladrões seriam claras na consciência dos indivíduos se as mães educassem melhor seus filhos a não cometer equívocos.

8. “Se a pobreza é questão de direitos e conquista de cidadania, o que parece hoje estar em jogo é a possibilidade de que, neste país, se dê a construção democrática de uma noção de bem público, de interesse público e de responsabilidade pública que tenham como medida os direitos de todos. Sabemos muito bem que é esse o nó cego da tradição brasileira, construída em uma história regida por um privatismo selvagem que faz da vontade privada a medida de todas as coisas, recusa a alteridade e obstrui, por isso mesmo, a dimensão ética da vida social pela obliteração de um sentido de responsabilidade pública e obrigação social. Sabemos também que o pouco que, nessa história, o país foi capaz de construir está se erodindo por conta de uma crise do Estado, que desestrutura as referências nas quais, durante décadas, para o bem ou para o mal, se projetaram esperanças de progresso.”

(TELLES, Vera da Silva. *Pobreza, movimentos sociais e cultura política*. In: DINIZ, E; LOPES, J; PRANDI, S.L. (Orgs.) *O Brasil no Rastro da Crise*. São Paulo: HUCITEC, 1994. p. 226.)

Com base no texto e nos conhecimentos sobre cidadania, é correto afirmar:

- a) A crise do Estado favorece a efetivação da cidadania, por desestimular o privatismo e acentuar o caráter público das instituições.

-
- b) A tradição brasileira favorece a construção da cidadania, visto que esta, como igualdade de direitos, sobrepõe-se socialmente.
 - c) A cidadania é um artefato humano e, como tal, precisa ser construída e assegurada por quaisquer meios que os indivíduos julgarem válidos.
 - d) No Brasil, a pobreza, enquanto evidência da desigualdade social, tem sido abordada por meio da consolidada noção de responsabilidade pública.
 - e) A falta de ações públicas que respeitem os direitos de todos constitui o que é denominado de “nó cego da tradição brasileira”.

Gabarito

1. C
2. C
3. A
4. B
5. B
6. C
7. C
8. E